

## **DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA PARA ATUAÇÃO EM ATHIS: a experiência do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo em Pelotas/RS**

Nirce Saifer Medvedovski

Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre as atividades de extensão universitária, suas articulações com o ensino e a pesquisa, e sobre o papel que esta assume em uma instituição pública de ensino superior para a formação de arquitetos e urbanistas, no tema da assessoria técnica na produção da moradia e da cidade. Tem seu foco na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, nas atividades do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo (NAURB), na sua interlocução com o ensino de graduação e pós-graduação e nos desdobramentos do Programa de Extensão Vizinhança, na região do Anglo, onde se situa o novo campus da universidade. Surge da participação no Ciclo de Debates RAU+E “Ampliando campos de atuação: ideias e práticas contemporâneas em assistência e assessoria técnica no Brasil”, mais especificamente na mesa sobre o tema “Entre conceitos e práticas: assistência, assessoria, extensão”, e da oportunidade de revisar a linha histórica recente da construção de nossas ações em ensino, pesquisa e extensão e, mais recentemente, de internacionalização, relativas ao tema dessa mesa.

O relato dessa trajetória busca contribuir para a reflexão de que o tema da assessoria técnica não é algo a ser colocado somente como atividade de extensão no âmbito da universidade, e sim, que a formação no tema pode e deve acontecer simultaneamente no ensino e na pesquisa, tanto na graduação como na pós-graduação. Ao enfatizar a integração entre a extensão e os demais suportes do ‘tripé do ensino superior’, destaca seu fundamental papel na definição de novos temas de pesquisa e de uma formação ética e sensível dos docentes e discentes em sua função social, para a produção do espaço da moradia e da cidade voltadas para a maioria da população e no exercício pleno de cidadania.

O texto se constitui de quatro partes. A primeira expõe, de forma breve, a trajetória inicial do NAURB e sua progressiva abertura às ações de extensão, mudando seu foco de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação (APO) da habitação de interesse social para assessorias a políticas públicas, pesquisa-ação e pesquisas de tecnologias sociais (TS) apoiadas por tecnologias de informação e comunicação (TIC). Apresenta sua interação com a comunidade do loteamento municipal Dunas e como ocorreu a formação de seus participantes, docentes e discentes, nas metodologias participativas originadas de convênio com cooperação técnica alemã. A seguir, relata a relação do Núcleo com o diagnóstico da irregularidade e déficit habitacional e a proposta das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), na elaboração do plano diretor municipal. A segunda parte apresenta sua inflexão para a prática cotidiana de extensão do Programa Vizinhança, sua interação com a comunidade da Balsa, e sua interlocução com o ensino e a pesquisa, com o envolvimento das disciplinas de Projeto e Desenho Urbano. Trata-se de um momento de congruência de vários fatores no final da primeira década dos anos 2000, que vão propiciar e balizar essas ações educacionais, com uma nova visão e um novo papel da extensão no ensino superior público. A terceira parte apresenta a curricularização da extensão e a interação da pós-graduação com a graduação através do tema da produção da habitação e da cidade, e dos limites e possibilidades do retorno de suas pesquisas à comunidade. Relata a ampliação das ações de extensão a outros territórios e os desdobramentos das ações de extensão, com parcerias locais e internacionais, e a implantação da Nucleação da Residência em Arquitetura, Urbanismo em parceria com a FAU-UFBA, na busca de aprofundar as experiências de prática em ATHIS.

Ao longo do texto são apresentadas reflexões sobre a interação extensionista da universidade com a comunidade, apontando para a defasagem entre os tempos da universidade e das comunidades, dos limites da responsabilidade técnica da universidade, bem como das limitações das ações desenvolvidas em conjunto com a comunidade, que não substituem as políticas e programas públicos de acesso

à moradia e à cidade. Identificamos também as alternâncias de poder na gestão da universidade e suas mudanças de rumos, com a descontinuidade das ações extensionistas impactando de forma negativa as expectativas da comunidade. Por outro lado, a reflexão traz os ganhos na formação dos alunos e docentes no tema da assessoria técnica, pela integração entre extensão, ensino e pesquisa, e pela multiplicação de oportunidades de abordagem do tema. Propõe que a implantação da residência auxilie na ampliação dessas possibilidades.

### Primeira parte: acumulando experiência

Esta reflexão parte da experiência de um grupo universitário, criado em 1999 originalmente como grupo de pesquisa, mas que passa a sistematizar ações, antes pontuais, de extensão a partir do ano de 2009, como será explicitado adiante.

Entre sua criação, a partir da aprovação do primeiro projeto financiado pelos editais do Programa HABITARE<sup>1</sup> da FINEP, até o ano de 2009, o núcleo desenvolve projetos de pesquisa a partir do conjunto de métodos e técnicas de Avaliação Pós-Ocupação, que preconiza a dupla avaliação das condições de uso, operação e manutenção do ambiente construído pelos técnicos e usuários. Originada no país junto aos departamentos de tecnologia e institutos de pesquisa tecnológica, a APO traz consigo a interface com o tema das relações ambiente/comportamento e, ao praticar a escuta do usuário na fase de uso do espaço já edificado, acaba por introduzir o questionamento sobre a necessidade de antecipação da escuta do usuário nas etapas do planejamento

e projeto. Nesse universo das pesquisas financiadas pelo HABITARE/FINEP predominava o vínculo com o setor produtivo, e os resultados adquiriam um caráter ambíguo, de poderem ser direcionados ao aprimoramento da mercadoria habitação e priorização dos requisitos do cliente (e não o usuário) ou de uma análise crítica dos produtos resultantes dos programas habitacionais em vigor e a proposta de sua adequação às necessidades e desejos dos últimos destinatários: os moradores.

A primeira capacitação da equipe discente e docente do NAURB em métodos participativos ocorreu pelo envolvimento com a comunidade do loteamento Dunas. No ano de 1997 a Prefeitura Municipal de Pelotas firmou convênio com a Metroplan – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, para participar do Programa ProRenda, resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha (ALMEIDA, 2007).

O objetivo do ProRenda era a viabilização e institucionalização de processos participativos e de autogestão para o desenvolvimento de áreas urbanas de baixa renda. Em Pelotas foi escolhido o loteamento Dunas, promovido pelo próprio município na década anterior, e que permanecia sem as mínimas condições de infraestrutura. Através das lideranças locais e com assessoria de consultores da GTZ, técnicos municipais e participação das universidades locais católica e federal, foi organizado o Comitê de Desenvolvimento do Dunas (CDD), com estatuto próprio e vinculação legal. Foi eleita como obra prioritária através do processo participativo, edificada com recursos da cooperação, um centro comunitário que veio a reforçar a autogestão.

Para o reconhecimento do local e suas demandas foi realizado em 1998 um DRUP – Diagnóstico Rápido Urbano Participativo, utilizando o método ZOPP - Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos, que consiste em uma sequência de etapas de análise e planejamento, através das quais são registradas a situação inicial, os objetivos e a

<sup>1</sup> Programa de Tecnologia de Habitação (HABITARE), da Finep. Ao longo dos anos 1995 a 2007 o HABITARE se consolidou como uma das principais fontes de financiamento da pesquisa tecnológica voltada para o setor da construção habitacional. Disponível em: <http://www.habitare.org.br>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

concepção do projeto, sempre em trabalho conjunto com a comunidade. Como facilitadores desse trabalho, foram utilizadas técnicas de moderação e visualização, além do registro permanente do trabalho. Um processo de capacitação dos agentes envolvidos foi realizado na FAURB UFPel, organizado pelo NAURB.

Desde esse momento o DRUP assume o papel de método de aproximação à comunidade de todos os processos participativos do núcleo, com as adequações necessárias e a atualização de suas técnicas através de tecnologias digitais de informação e comunicação (MEDVEDOVSKI, 2015). Entre o segundo semestre de 2006 e o primeiro de 2009, a disciplina de graduação de Projeto VII tem como área de atuação o loteamento Dunas. Os projetos acadêmicos são apresentados à comunidade e a ela entregues, como instrumentos de pressão junto à prefeitura municipal para processos de qualificação e ampliação do loteamento. Em um trabalho coletivo, os discentes das duas universidades locais integram os processos participativos e são capacitados para a aplicação do DRUP.

No ano de 2009, a equipe do NAURB passa a participar de um programa de extensão junto ao novo campus da UFPel na zona portuária, direcionando também as disciplinas para esse local, permanecendo disciplinas e o núcleo de extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), na assessoria à comunidade do Dunas. Entre elas, a implementação do processo de regularização fundiária. A comunidade do Dunas é uma das mais mobilizadas de Pelotas, mesmo hoje, em um momento de grande fragilidade do movimento popular. Permanecemos com forte vínculo com essa comunidade. Em depoimento recente em disciplina da graduação, uma das líderes comunitárias mencionou o acerto da escolha de aplicar os recursos da GTZ na construção do centro comunitário, comparando com a desmobilização que ocorreu em outras comunidades que optaram por investir em obras de infraestrutura que ficaram “dispersas” e “invisibilizadas” para os moradores.

Em paralelo, uma ampla radiografia do déficit habitacional de Pelotas é realizada no ano de 2006 pelo NAURB em parceria com a Prefeitura Municipal de Pelotas, quando é desenvolvido o Projeto de Extensão Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS – Consultoria à Prefeitura Municipal de Pelotas integrante da proposta do III Plano Diretor de Pelotas<sup>2</sup>, resultando na inserção dos artigos específicos sobre AEIS no III Plano Diretor aprovado em 2008 (Lei nº 5502/2008). Esse projeto propiciou ao grupo de pesquisa a caracterização socioeconômica e de inserção urbana das comunidades marginalizadas da cidade, base para as ações que se sucederam.

O último projeto financiado pela FINEP, do qual o Núcleo participou a partir de 2011 - Rede FINEP de Moradia e Tecnologia Social (MORAR-TS)<sup>3</sup> -, já direciona claramente suas pesquisas para o tema do desenvolvimento de tecnologias sociais em apoio aos processos da habitação de interesse social e da inserção de tecnologias de informação e comunicação para apoio aos processos participativos. No contexto desta pesquisa, na necessidade de balizar suas ações e compartilhar um entendimento comum de tecnologias sociais, é produzido o texto de autoria de Silke Kapp e Aduino Lúcio Cardoso

<sup>2</sup> Relatório Projeto de Extensão Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS – a Universidade como parceira na definição das políticas municipais de habitação social no contexto do Plano Diretor Participativo – Consultoria à Secretaria Municipal de Planejamento – Prefeitura Municipal de Pelotas”. Período 01 mai. 2006 a 01 dez. 2006.

<sup>3</sup> MORAR\_TS – Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para a construção, recuperação, manutenção e uso sustentável de moradias, especialmente habitações de interesse social e para a redução de riscos ambientais”. Trata-se do edital FINEP, do qual participaram oito equipes de diferentes instituições (UFRGS, UFAL, USP, UFCG, UFRJ, FIOCRUZ, UFPel e UFMG) entre 2009 e 2021.

como marco teórico da rede, que assume a assessoria técnica como um instrumento de fortalecimento e autonomia dos grupos socioespaciais, e não como uma atividade assistencialista (KAPP e CARDOSO, 2013).

Nos dois anos anteriores da inserção na rede de pesquisa, o NAURB iniciou sua experiência sistemática de extensão, e cabe aqui resgatar o que propiciou este redirecionamento e se constituiu na oportunidade de aprofundar as relações com a comunidade da Balsa, na construção de um processo de assessoria e trocas: a inserção do NAURB no Programa Vizinhança e sua aprovação no Programa de Extensão Universitária (ProExt).

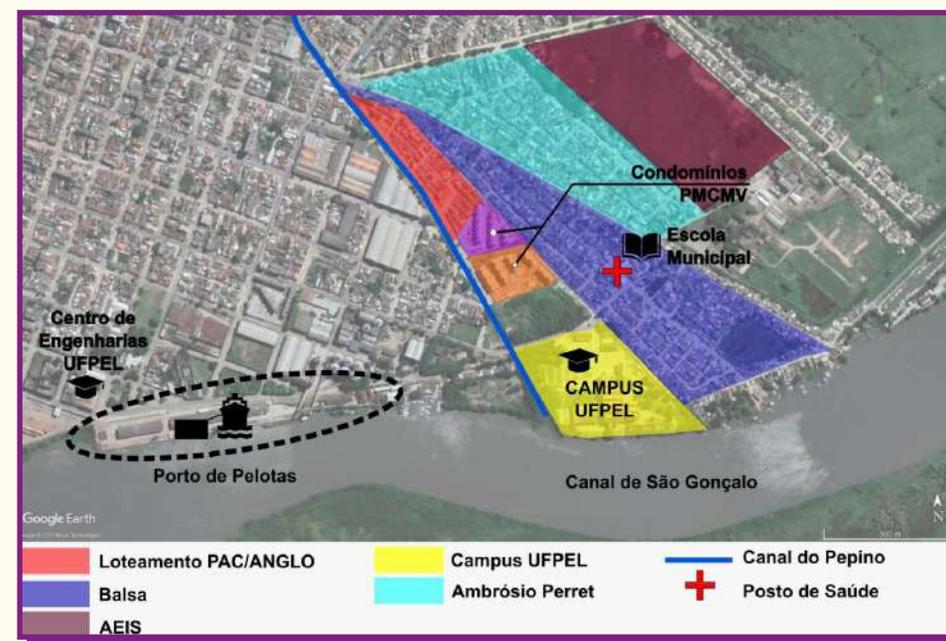
### Segunda parte: o Programa Vizinhança uma janela de oportunidades

A mudança da reitoria da UFPel para o bairro Balsa e a criação do Programa Vizinhança foram eventos que ocorreram no final do segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É dentro do quadro da ampliação do ensino superior e da criação de um sistema de financiamento público para seu estímulo, o ProExt<sup>4</sup> que o Vizinhança deve ser contextualizado (FAGUNDES, 2018, p. 86).

Simultaneamente, em 2008 finalmente é aprovada a legislação federal para a assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (Lei nº 11.888/2008) e se intensificam

<sup>4</sup> O edital ProExt 2009 estabelecia a parceria entre os ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e era voltado somente às Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. No ano seguinte o ProExt 2010 amplia para todas as modalidades de IFES e amplia os temas com a inserção de vários ministérios, incluindo o Ministério das Cidades. Editais internos das universidades selecionam os projetos a serem contemplados com recursos.

os debates para sua implementação. Há uma maior sensibilidade dos órgãos de fomento à pesquisa sobre temas de tecnologias sociais. O CAU e suas comissões de ensino e de exercício profissional passam a debater esse tema. No contexto local da cidade de Pelotas, a mudança da reitoria da universidade para o novo campus em 2009, situado na antiga e deprimida zona portuária, provoca a necessidade de diálogo com a população moradora e a proposta de um programa de extensão multidisciplinar. A partir de 2007, a criação do mestrado em arquitetura e urbanismo na FAURB/UFPel abre a possibilidade de ampliar e aprofundar temas de pesquisa oriundos da comunidade.



>>> Região de abrangência do Programa Vizinhança. Autora, 2021.

A mudança da reitoria de um campus agrário, em outro município, para dentro da malha urbana de Pelotas, ocorre na zona portuária da cidade, que estava abandonada desde a década de 1970. A região foi voltada à produção de alimentos, nos primórdios da cidade, através do estabelecimento de charqueadas, e posteriormente pela instalação de frigoríficos e indústrias da alimentação no período da II Guerra. A mudança dos modais de transporte e do foco da produção, que resultou no abandono dessa região, oportunizou terrenos desvalorizados para a reitoria da UFPEL nos anos de 2007 e 2008 efetivar a compra da massa falida de um frigorífico, com sua implantação efetiva no ano de 2009.

A reitoria se estabelece em meio a uma comunidade basicamente formada por uma população de posseiros de áreas públicas e loteamentos populares, de grande fragilidade ambiental, composta prioritariamente por antigos empregados dos frigoríficos e seus descendentes. A tensão entre a comunidade e a universidade ocorre a partir de decisões equivocadas da administração superior, que constrói um sólido muro delimitando o território do campus, e da invasão do território de lazer da comunidade com entulhos de suas obras. Para diminuir a tensão, foi organizado o programa de extensão Vizinhança, coordenado pela Escola de Enfermagem, que já interagira com o território através de suas disciplinas práticas, e chamada a adesão das demais unidades da universidade. O território abrangido pelo programa incluía a ocupação da Balsa, o loteamento Ambrósio Perret e a então “ocupação” Anglo.

Se estabelece em 2009, portanto, uma “janela de oportunidades” que leva à constituição do Programa, principalmente pelo declarado interesse do Reitor de colocar este programa com o papel de “representação de uma imagem da gestão” (FAGUNDES, 2018, p. 85),

Os fatores de apoio que compuseram a janela de oportunidades consistiam em: proximidade súbita da comunidade acadêmica a um ambiente carente, uma administração afeita a disponibilizar recursos para o projeto, uma liderança

comprometida e capacitada (a diretora da Escola de Enfermagem), convergência com o viés (de inclusão social) da política nacional, disponibilidade de recursos financeiros para a área de extensão (através do ProExt) e a presença de professores novos na UFPel em profusão. (FAGUNDES, 2018, p. 85). Grifo nosso.

A análise do autor pondera que as condições nas quais o Programa Vizinhança se embasou eram, se não frágeis, bastante suscetíveis a modificações conjunturais. Houve uma tentativa de trabalho interdisciplinar, com o estabelecimento de uma sede no novo campus e o acesso a recursos dos ProExt nos anos de 2009 a 2013. Entretanto, com a mudança da gestão da universidade em 2014, o programa foi colocado em segundo plano, não sendo mais enviadas propostas ao ProExt, só não totalmente extinto pois ainda apresentava uma imagem positiva dentro da comunidade.

Em uma análise crítica da ambiguidade de como o programa concebia o papel da extensão universitária, cabe retomar seu enunciado: “Promover intervenções comunitárias interdisciplinares na área vizinha ao Campus Porto UFPel disponibilizando o *acúmulo de conhecimento da universidade*, com vistas a melhorar a qualidade de vida daqueles que ali residem”. A ideia de “disponibilização” de um conhecimento prévio, “acumulado”, e a falta de participação da comunidade nas instâncias decisórias do programa foram fatores para sua fragilidade (MEDVEDOVSKI, 2019). Efetivamente, o Programa Vizinhança partia da universidade em direção à comunidade, não era algo construído em conjunto e, aliada à mudança da orientação política da nova gestão, essa concepção pode explicar sua desmobilização a partir de 2014.

É nesse contexto, e vinculado ao “guarda-chuva” do Programa Vizinhança, que se desenvolve o projeto de extensão Requalificação Urbana Participativa em 2009, a partir da iniciativa do NAURB, em um primeiro momento participando das atividades interdisciplinares do “Diagnóstico Comunitário do Programa Vizinhança do Campus Porto”. Nesse momento, o papel principal da Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo foi dar um suporte espacial às atividades de extensão que se desenvolveram no território. Não havia um cadastro urbano atualizado, e os levantamentos de dados socioeconômicos se operavam sob a ótica das ciências da saúde. Dados sobre as condições materiais dos domicílios e das condições de infraestrutura eram bastante superficiais. Inserir-los no questionário foi nossa primeira atividade, bem como construir um mapa do território com os moradores.

No entanto, nossa maior contribuição para o programa de extensão foi evidenciarmos o poder aglutinador do espaço. Como já colocava Sonia Barrios ao discutir o espaço como instrumento de mudança social: “A outra vantagem do enfoque espacial é a de proporcionar *um nível operacional* para as práticas políticas em sua *qualidade de dimensão integradora dos processos sociais*” (BARRIOS, 1976).

Dentro dessa concepção, no segundo semestre de 2009, a disciplina de graduação Projeto VII foi direcionada para a Ocupação Anglo, definida como área de especial interesse social (AEIS) e contígua à área de atuação do Vizinhança, possibilitando aos alunos da graduação de uma disciplina regular a experimentar processos participativos e ter os conteúdos programáticos relativos ao parcelamento do solo urbano. Este intercâmbio permaneceu até o segundo semestre de 2019. Mas vale destacar que a vivência dos alunos bolsistas ou voluntários dos projetos de extensão e pesquisa são muito mais intensas do que a dos alunos regulares da disciplina, pois estes últimos participam nos momentos de levantamentos de campo e análise, mas não se envolvem com os projetos de assessoria e contato cotidiano com a comunidade.

A segunda contribuição do NAURB foi inserir métodos participativos que efetivamente revelassem as condições materiais da comunidade. Em 2010, realizamos com mestrandos e graduandos o treinamento e aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), agora nas comunidades abrangidas pelo Vizinhança. Em evento realizado na biblioteca da escola, é definido como prioridade o tema da pavimentação das vias do bairro, carência que impactava negativamente

tanto a mobilidade como a autoestima dos moradores do território. É desenvolvido o projeto de desenho urbano dos logradouros públicos, em parceria de alunos e professores com os responsáveis técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Escritório Técnico da Pró-Reitoria de Extensão e Desenvolvimento. É proposto um “Calçadão Comunitário” que tem como objetivo valorizar e criar uma unidade ao entorno da escola, posto de saúde e a praça, que segundo a comunidade, são os seus espaços de maior interação. A PMPEL obtém recursos para sua execução junto ao Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC - UAP), o redireciona para outras obras do programa, restando somente a pavimentação do percurso do transporte público.

Como anteriormente explicitado, a desmobilização das atividades interdisciplinares com a suspensão de muitas das ações do Vizinhança no final de 2013, bem como a não aprovação dos recursos para a pavimentação total da Balsa, acarretaram o esgarçamento das relações com a comunidade. As atividades interdisciplinares se enfraqueceram, e cada unidade acadêmica passou a desenvolvê-las individualmente. Nesse mesmo período se iniciaram, no mesmo território, as obras de urbanização da ocupação Anglo, inserida no programa maior do PAC - UAP em Pelotas (2007 - 2016). Este “microterritório”, entendido dentro do contexto maior em que se insere, passa a ser predominantemente o espaço das nossas ações de pesquisa e extensão.

### **Terceira parte: novas janelas de oportunidade – curricularização da extensão, redes de pesquisa e residência**

A conquista da confiança da comunidade Anglo, abrangida pelo PAC, foi tecida a cada semestre, não sem conflitos. Estes eram relacionados, nos primeiros tempos, ao desconhecimento mútuo, da comunidade e da universidade e, posteriormente, às oscilações de alianças mais amplas entre a instância municipal e a federal, que as lideranças comunitárias entendiam que o reitor representava localmente. Foi

libertador colocar o NAURB com um ator independente com seus próprios objetivos.

Essa ocupação foi a última a se instalar no território abrangido pelo Vizinhaça, em condições de extrema precariedade, ocupando as margens do arroio Pepino, no terreno da retenção dos animais que iam ao abate no frigorífico Anglo. Segundo depoimento dos arquitetos da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, sua inclusão no PAC - UAP reúne vários fatores além da precariedade: a localização de habitações sobre uma via estruturante que ligaria o novo campus da UFPEL ao norte da cidade, a disponibilidade de terreno contíguo para relocar os moradores e a mobilização da comunidade. Entretanto, o projeto deixara um vazio: a área verde do loteamento não tivera projeto nem destinação de recursos do PAC. Dessa demanda resultou um processo participativo de projeto da praça e de sua execução em mutirão com forte participação da comunidade, principalmente alunos da escola local e seus familiares, bem como discentes e docentes da FAURB e integrantes de órgãos municipais.

Esse projeto adquire um caráter emblemático, com o efetivo uso e apropriação da praça pela comunidade. Dele resulta também o estímulo à continuidade de muitos alunos no envolvimento com projetos participativos e voltados para o acesso à moradia e à cidade, que desenvolvem seus trabalhos de conclusão de curso, suas pesquisas de mestrado e suas residências em AU+E.

Nesse mesmo território, tivemos a oportunidade de aprendizagem prática dos alunos extensionistas acerca de ações de regularização fundiária, trabalhando na demarcação de poligonais e na realização de cadastros para efetivação da propriedade, em conjunto com estagiários e funcionários da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Verificada a falta desse conteúdo no currículo, foi oferecido um curso de extensão em conjunto com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), aberto aos alunos e aos egressos. Assim, a atividade extensionista revela as necessidades de conteúdos que respaldem suas práticas.



>>> Processo participativo de construção da Praça do PAC Anglo. Acervo da Autora, 2021.



>>> Quadra Poliesportiva da Praça do PAC Anglo. Acervo da Autora, 2021.

Uma outra experiência que está sendo realizada na graduação da FAURB/UFPel e pode viabilizar conexões entre assessoria e extensão, é o da oferta de duas disciplinas obrigatórias, “Requisitos Curriculares de Extensão I” e “Extensão, Universidade e Sociedade”, que buscam introduzir e motivar o aluno para ações de extensão universitária. Estas se enquadram nas metas do Plano Nacional de Educação (Lei Federal no. 13.005/2014), que visa “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014). Na primeira disciplina o aluno toma contato com um leque de atividades de extensão que são ministradas na graduação, e na segunda ele é orientado a praticar uma ação de extensão.

Com a curricularização da extensão, o Programa Vizinhança passou a abrigar ações semestrais através de atividades de curta duração que se agregam aos objetivos mais amplos do programa. Foram desenvolvidas oficinas de fabricação de lixeiras e composteiras com material reciclado, projeto e execução da arborização da via central do bairro Balsa, educação ambiental no período de férias escolares, uma oficina de arborização do pátio da escola municipal do bairro e uma oficina sobre requalificação do espaço urbano por meio digital, dentre outras ações. Estas ações foram respaldadas com material produzido no desenvolvimento da pesquisa MORAR-TS. Os alunos, em turmas de três a cinco alunos, se inseriram em atividades, orientados pelo professor da disciplina e de bolsistas de extensão vinculados ao projeto.

Trabalhar com a comunidade demanda tempos diferentes daqueles da universidade, dos calendários acadêmicos; para construir um trabalho de confiança mútua e de trabalho efetivamente participativo não são suficientes os quatro meses de uma disciplina. O que aprendemos é sempre atrelar uma ação de extensão de curta duração a um projeto maior que já está em curso, e os resultados têm sido positivos. Entendemos que algumas ações conseguem se inserir em um contexto de prática de assessoria, como descrito por Medvedovski *et al.* (2019)

e Jorge *et al.* (2020), mas essa disciplina não está vinculada somente com o nosso núcleo de pesquisa e extensão, mas com vários outros grupos dentro da faculdade de arquitetura e urbanismo, em uma diversidade de ações de extensão que não são necessariamente de assessoria nos temas de acesso à habitação e à cidade<sup>5</sup>. Há, portanto, a sinalização da importância de se multiplicarem as ações de interação com a comunidade, de forma a se ampliarem as possibilidades de formação profissional comprometida com a realidade das populações e territórios marginalizados. Assim, essas ações agirão como propulsores de novos programas e políticas públicas, e não substituindo as responsabilidades do poder público municipal.

#### **Quarta parte: extensão, pesquisa e assessoria técnica entrelaçados**

No ano de 2008, tiveram início as atividades do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), e duas dissertações tomaram como tema as reflexões que a interação com as comunidades inseridas no Vizinhança nos instigou a aprofundar: o papel das vias como espaço público na periferia (FERRARI, 2011) e o papel da escola na comunidade (ROTTA, 2012).

A instalação do mestrado nos propiciou a presença de estudantes com mais maturidade e foco do que aqueles da graduação, que se dedicaram a refletir sobre aspectos da realidade cotidiana que estavam sendo revelados por essa nossa prática de extensão. Temos assim a extensão e a pesquisa caminhando juntas, com a pesquisa respondendo às questões que foram levantadas pela extensão. E aqui nomeio mais algumas dissertações que vêm sendo desenvolvidas sobre o território e a comunidade do Vizinhança (ou em temas correlatos),

---

<sup>5</sup> A FAURB UFPel tem tradição em ações de assessoria aos municípios de sua região nos temas de salvaguarda do patrimônio histórico e na elaboração de planos diretores participativos: sempre abrindo campo de atuação para seus egressos.

com o conhecimento se acumulando, em que um tema alimenta o outro, potencializando novas análises. Dutra (2017) avalia, através do PAC Anglo, a implementação local do programa PAC-UAP e os descompassos entre suas possibilidades e a capacidade institucional e legal do município para sua concretização. Kerkhoff (2017), sob a ótica do design, revela os conflitos entre o mobiliário e as casas padrão do PAC Anglo, e aponta estratégias de funcionalidade e armazenamento. Dois outros trabalhos analisam as possibilidades da implementação da Lei no. 10.888/88 de ATHIS, o primeiro de Linassi (2014), por mim orientado junto à Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Social, e de Santos (2019), defendido junto ao PROGRAU.

Além das dissertações de mestrado, em 2016 dois projetos unificados<sup>6</sup> cadastrados pelo NAURB deram continuidade às ações do Programa Vizinhança, com ênfase na qualidade da habitação do loteamento PAC Anglo. O primeiro, “Habitação evolutiva: estratégias de flexibilidade na habitação social”, com ênfase em pesquisa, identifica as transformações construtivas realizadas pelos moradores nas unidades padrão logo após sua entrega, trabalhando com o conceito de casa evolutiva. O segundo, com ênfase em extensão, “Aprendendo com o usuário. Estratégias de transformação do espaço habitacional”, resultou em uma ação de assessoria técnica, com a elaboração e entrega do “Caderno de Recomendações Construtivas para Habitação Social Evolutiva” para a comunidade (JORGE *et al*, 2020), e identificação de famílias que queriam e teriam condições de efetuar intervenções em suas moradias para melhoria do conforto térmico.

Essa possibilidade de qualificação das condições de conforto dessas moradias foi desenvolvida como proposta de trabalho de uma bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNP/CAPES de 2018

junto ao NAURB<sup>7</sup>. Reconhecendo que o processo de autoconstrução é a principal estratégia dos moradores, o trabalho propõe dispositivos para melhorar o conforto térmico e o bem-estar que possam ser facilmente replicados pela comunidade do bairro. Somou-se ao NAURB o Laboratório de Conforto e Eficiência Energética (LABCEE) da FAURB, para efetuar as simulações das condições de conforto das alternativas propostas. A interação com os moradores para definição dos projetos deu-se no ano de 2019, com as primeiras simulações em paralelo. Com o advento da pandemia da Covid-19, o projeto teve continuidade no desenvolvimento de modelagens em 3D para intermediar a comunicação com os moradores, no detalhamento do projeto executivo e orçamento, aguardando o momento adequado para a retomada dos contatos presenciais, que se oportunizou a partir de julho de 2021, com o retrocesso do processo pandêmico.

No final de 2020, a bolsista PNPD propôs ao PROGRAU, junto com a associação italiana AK0 – *Architettura a Kilometro Zero*, participar de um edital da igreja italiana Valdense para projetos de cooperação internacional, com êxito na obtenção de recursos para a construção de melhorias habitacionais no bairro. Foi contatada a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SRFH) do município, buscando o apoio ao projeto por meio da doação do banco de materiais e suporte técnico. A proposta era que o projeto funcionasse como um piloto para futuras ações de ATHIS, ampliando as oportunidades de alunos efetivamente praticarem assessoria técnica em sua formação. Foram desenvolvidos protótipos de forros modulados e painéis para efeito Venturi, com aproveitamento de materiais reciclados, para melhora do conforto térmico das casas do PAC Anglo. A parceria com a SHRF não se concretizou, inviabilizando a continuidade do projeto.

<sup>6</sup> Resolução UFPEL nº 10, de 19 de fevereiro de 2015 introduziu o registro de projetos unificados no sistema de gestão acadêmica, que declaram sua ênfase em ensino, pesquisa ou extensão.

<sup>7</sup> A arquiteta Sara Parlato, doutora pela Universidade de RomaTre efetuou seu pós-doutoramento junto ao PROGRAU entre os anos de 2019 e 2021.



>>> Oficinas de painéis de isolamento térmico com reciclagem de embalagens Tetrapack nas unidades do PAC Anglo. Autor, 2021

Buscando ampliar a formação em assessoria técnica para abranger também os profissionais egressos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a FAURB filiou-se à Residência em AU+E promovida de forma pioneira pela UFBA, na condição de “nucleada”, a partir de 2017. A UFPEL, como universidade pública na região sul do Rio Grande do Sul, sempre teve uma forte inserção no contexto socioeconômico local e larga experiência em extensão. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desde a década de 1970, tem contato com as comunidades locais e suas associações, desenvolvendo trabalhos integrados com as prefeituras da sua microrregião nos campos do patrimônio histórico, planejamento urbano e regional e habitação de interesse social, com plena integração entre ensino, pesquisa e extensão. Esse histórico auxilia a entender a opção pela vinculação à RAU+E/FAUFBA, aliado ao fato de uma trajetória histórica de parceria entre as pós-graduações das duas faculdades. A parceria ocorre com a inserção de três professores do PROGRAU no quadro de professores nucleados da RAU+E/UFBA, que já desenvolviam atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados aos temas do direito à cidade e à habitação.

Em seu plano de estudo, as primeiras residentes nucleadas realizaram somente a primeira etapa, a teórica, no âmbito da RAU+E/UFBA (Salvador), realizando a etapa prática em Pelotas. Com base na análise, necessidade e potencialidades para a prática da ATHIS em uma cidade de médio porte como Pelotas, foi escolhido o bairro Pestano, uma área urbana, em zona periférica, com uma comunidade desarticulada, sem lideranças, com infraestrutura precária e com um projeto municipal de qualificação física e social em andamento; e a Aldeia Kaingang Gyró, em área rural, com terras doadas a essa comunidade indígena, que necessitava de auxílio para sua reestruturação física. A assessoria ao processo e aos projetos ocorreu com participação dos professores da nucleação e dos professores do quadro permanente da RAU+E/UFBA, com realização de três seminários internos, ocorridos por meio de apresentação à distância. A apresentação final em banca composta por três professores e uma representante da comunidade ocorreu na sede da nucleação e contou com estudantes da instituição e parcerias.

Os projetos foram posteriormente rerepresentados e entregues às lideranças, com a Registro de Responsabilidade Técnica registrada, sendo um instrumento de luta e reivindicação para a qualificação do espaço e das vidas dessas comunidades.

No decorrer dos trabalhos da primeira turma, efetuamos ações de integração com alunos extensionistas da graduação, bem como a interação dos residentes com as turmas de graduação de Desenho Urbano I, que desenvolveram suas atividades de projeto na comunidade do bairro Pestano. Atualmente estamos com três alunos da segunda turma da nucleação, interagindo com as comunidades da antiga zona portuária de Pelotas. Com a situação pandêmica e a restrição das atividades presenciais, a interação dos residentes com a graduação ficou mais restrita, mas novas redes de interação foram propiciadas pelas atividades online.

Nessa rede de interlocuções dos projetos de ensino, extensão e pesquisa, cabe ainda mencionar a participação de professores do PROGRAU, mestrandos e alunos da Nucleação de Pelotas da RAU+E no projeto de pesquisa finalizado em 2021, que se originou da nossa interlocução com a comunidade do Loteamento PAC Anglo. A pesquisa teve como objetivo avaliar as condicionantes institucionais e normativas para execução de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no ciclo recente no Brasil, e ficamos encarregados do caso do Município de Pelotas/RS. Foi desenvolvida no âmbito da rede nacional de pesquisa “Direito à Cidade e Habitação: um balanço do PAC Urbanização de Favelas”, vinculada ao Observatório das Metrôpoles<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Projeto “As Metrôpoles e o Direito à Cidade na Inflexão da Ordem Urbana Brasileira”, subprojeto “Direito à Cidade e à Habitação: um balanço do PAC Urbanização de Favelas” desenvolvido pela Rede Observatório das Metrôpoles. No caso do Município de Pelotas, RS, foi avaliado o PAC Farroupilha abrangendo as áreas Vila Farroupilha e loteamentos Ceval, Osório e Anglo. VER: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/direito-cidade-e-habitacao/>. Acesso em 14 de maio de 2022.



>>> Projetos da RAU+E Núcleo Pelotas - Reforçando a identidade e entrega dos projetos à comunidade do Bairro Pestano. Autor, 2021

Para o grupo, tem sido uma experiência rica de trocas e conhecimento das demais realidades do PAC-UAP no país, mas, principalmente pelo compartilhamento do marco teórico da pesquisa e sua atualidade, configurando uma oportunidade de crescimento e aprofundamento das bases conceituais para a planejar a residência.

Essas redes se tecem e se complementam, em alguns momentos com ênfase maior na extensão, outros no ensino ou na pesquisa, mas sempre voltadas ao papel de formar e qualificar os profissionais que farão essa interação com a comunidade na busca do acesso à moradia e à cidade. Essa tem sido a forma de ampliar essas oportunidades de formação, entendendo que, mesmo com a curricularização da extensão, são poucos os alunos que efetivamente experimentam a prática de assessoria com uma comunidade, e que este fato poderia ser multiplicado pela aderência de alunos da graduação a trabalhos desenvolvidos pelos residentes.

O contexto socioespacial das cidades brasileiras é marcado pela desigualdade, com profundas diferenças de classe, étnicas e de gênero. A necessidade de prestação de serviços em arquitetura e urbanismo, em diálogo com as demais disciplinas das ciências sociais, exatas e da área da saúde, se torna evidente e, somada a isso, torna-se igualmente evidente a urgência de que a universidade reconheça sua responsabilidade em potencializar práticas profissionais mais abertas e participativas, construídas em perspectiva coletiva e direcionadas à realidade onde são aplicadas.

## Referências

ALMEIDA, Joseane da Silva. **Participação Popular em Processos de Planejamento das Cidades**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Cátedra UNESCO. Universidade Nacional de Lanus, 2007.

BARRIOS, Sonia. **Sobre la construcción social del espacio**. Caracas: CENDES, 1976.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

FAGUNDES, Marcelo Nascimento. **A (des)continuidade em programas sociais dentro de organizações públicas de ensino superior: o caso do programa Vizinhança na UFPel**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

JORGE, Liziane de Oliveira.; SCHERER, Rafaela; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer ; NOGUEIRA, Emily Schiavinatto ; XAVIER Aline de Moura Ribeiro. Ação de extensão: caderno de recomendações construtivas para habitação social evolutiva. **Expressa Extensão**, v. 25, p. 150-163, 2020.

HABITARE. **Programa de Tecnologia de Habitação**. Financiadora de Estudos e Projetos, Caixa Econômica Federal, 1994. Disponível em: <http://www.habitare.org.br>. Acesso em 14 de maio de 2022.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto Lúcio. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T. S. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (online), [S. l.], n. 17, p. 94-120, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83050>. Acesso em 14 de maio de 2022.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer.; BARBOSA, Matheus Gomes; DIAS, Marcela da Rosa. Requalificação da Rua Paulo Guilayn através de uma ação de arborização urbana. **Expressa Extensão**, v. 24, p. 63-73, 2019.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; SANTOS, Luísa de Azevedo dos; TAVARES, Bruna Bergamaschi. A Nucleação como forma de expansão da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. In: 21º. Congresso Brasileiro de Arquitetos, 2019, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre, 2019. p. 1 - 19.

PARLATO, Sara; SANTOS, Luana Helena dos; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Novos desafios da extensão universitária em tempos de COVID: assistência técnica em assentamentos precários. *Pixo - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 5, 2021. p. 190-201

**Dissertações desenvolvidas junto ao PROGRAU relacionadas com o Programa Vizinhança:**

DUTRA, Janice Jara Conceição. **Construindo a cidade e a cidadania, a avaliação da implementação e satisfação do PAC** - Urbanização de Assentamentos Precários no loteamento Anglo, Pelotas-RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Pelotas, 2017.

FERRARI, Anelise Anapolski. **As ruas como espaços públicos da periferia: imagem avaliativa e desempenho ambiental**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Pelotas, 2011.

KERKHOFF, Hélen Vanessa. **Mobiliários para habitação de interesse social: conflitos, percepção e satisfação dos usuários - O caso PAC-Anglo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Pelotas, 2017.

LINASSI, Greici. **Aplicabilidade da Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo para habitação de interesse social e a participação das universidades nesse processo**. Monografia (Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Social) - Centro de Ciências Socio-organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

ROTTA, Marcia Beatriz. **A qualidade do lugar na escola pública de periferia urbana: o caso da Escola Municipal Ferreira Vianna**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SANTOS, Luísa de Azevedo dos. **Aplicabilidades da Assistência Técnica: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

